

ALTERNATIVAS AO IDH: ATÉ QUE PONTO ELAS RETRATAM MELHOR A REALIDADE DOS ESPAÇOS RURAIS?

STEFANIE HERBSTHOFER¹; DÉCIO SOUZA COTRIM²; MARIO DUARTE CANEVER³

¹*Universidade Federal de Pelotas – stefanie.herbstrofer@yahoo.com.br*

²*Universidade Federal de Pelotas – deciocotrim@yahoo.com.br*

³*Universidade Federal de Pelotas – caneverm@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Ao longo do século XX a noção de desenvolvimento passou por marcantes modificações. A ideia de desenvolvimento como sinônimo de evolução e progresso, predominante no século XIX, foi substituída pela ideia de desenvolvimento como equivalente ao crescimento econômico, partindo da noção de que o mesmo seria suficiente para alavancar os indicadores sociais, conforme expõe Favareto (2006).

Apenas no final do século passado a multidimensionalidade passou a ser incorporada nas teorias de desenvolvimento. A ideia de desenvolvimento como expansão das liberdades individuais de escolha, concebida por Amartya Sen, e a ideia de desenvolvimento sustentável, baseada na premissa de preservar os recursos naturais para as gerações futuras, idealizada por Ignacy Sachs, definiram o caminho para os debates sobre desenvolvimento do início do século XXI (FAVARETO, 2006).

A ideia concebida por Amartya Sen, central para a construção do IDH a partir de Relatório de Desenvolvimento Humano de 1990, publicado pelo PNUD, foi adotada pela ONU como a forma hegemônica de avaliar o processo.

O IDH apresenta três dimensões: longevidade (expectativa de vida ao nascer), educação (taxa de alfabetização de adultos e taxa combinada de matrículas nos três níveis de ensino) e renda (PIB per capita) (MARTINS ET AL., 2006). Para a medição do IDH municipal – IDHM –, os indicadores de educação utilizados são a taxa de alfabetização de pessoas acima de 15 anos e a taxa bruta de frequência à escola (BRASIL, 2003).

Embora esse índice torne a comparação entre os graus de desenvolvimento de diferentes espaços mais abrangente em relação às suas distinções quando comparado ao uso isolado do PIB per capita, ele não é capaz de representar toda a complexidade inerente ao processo de desenvolvimento.

Nos espaços rurais, as particularidades se multiplicam, devido à falta de certas condições básicas facilmente encontradas nos centros urbanos (acesso a estradas, a escolas, a serviços de saúde, à água potável e ao saneamento básico). Além das dificuldades, a população rural se diferencia no que diz respeito à composição de sua renda familiar, sendo grande a parcela de rendimentos não monetários das famílias rurais, além destas estarem à mercê dos recursos de produção disponíveis, das ofertas de trabalho no mercado local e dos benefícios sociais oferecidos (GRISA; SCHNEIDER, 2008).

Dado esse quadro situacional, muitas críticas vêm sendo direcionadas ao IDH desde a sua criação. As críticas incluem, por exemplo, fato de sua medição ocorrer apenas de dez em dez anos e o fato de ele não englobar uma dimensão de sustentabilidade ambiental.

A grande vantagem do IDH está no seu reduzido número de dimensões, dado que isso facilita seu entendimento por parte de um público amplo e

diversificado, além de facilitar o acesso às informações necessárias em quase todos os países, permitindo assim a sua comparação em nível global, como colocam Guimarães e Jannuzzi (2005). Entretanto na sua grande vantagem reside também sua maior limitação. Informações generalizadas sobre espaços imensos e heterogêneos, como é o caso do Brasil, pouco dizem sobre a realidade.

Surge então a pergunta: quais as estratégias de avaliação do desenvolvimento alternativas ao IDH e como elas possibilitam uma melhor representação dos espaços rurais?

A fim de responder essa pergunta, este trabalho tem como objetivo analisar os aspectos teórico-metodológicos de diferentes estratégias de avaliação do desenvolvimento e como elas retratam a realidade dos espaços rurais.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi revisão bibliográfica, pautada em referências teóricas publicadas por meios escritos eletrônicos. As fontes pesquisadas foram livros, artigos, portais de diversos periódicos e anais de eventos. Os termos utilizados na busca de banco de dados on-line foram “desenvolvimento”, “desenvolvimento rural” e “índices de desenvolvimento”.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o intuito de preencher a lacuna de atualização do IDH, a Fundação de Economia e Estatística, do Rio Grande do Sul, criou o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico – IDESE –, medido no estado desde 2003. Desde sua mais recente adaptação, feita em 2014, o IDESE possui as mesmas três dimensões do IDH, utilizando, no entanto, indicadores diferentes, a fim de melhor retratar a realidade local (KANG et al., 2014).

O esforço de Kang et al. (2014) na seleção dos indicadores do IDESE foi bastante significativo, dada a proposta do índice. No entanto, assim como argumentado no caso do IDH, indicadores que pudessem retratar melhor os problemas encontrados facilitariam a elaboração de projetos de desenvolvimento. Dimensões que abordassem o saneamento básico e a infraestrutura municipal contribuiriam bastante para ilustrar a realidade, principalmente no que diz respeito aos espaços rurais.

Outra crítica bastante direcionada ao IDH se refere ao fato de ele não englobar uma dimensão de sustentabilidade ambiental. Como mencionado anteriormente, nenhum índice de desenvolvimento sustentável foi adotado como hegemônico até o momento, mas isso não significa que muitas contribuições já não tenham sido feitas para tentar mudar essa situação.

As ferramentas de avaliação do desenvolvimento sustentável mais promissoras, segundo especialistas, são descritas por Van Ballen (2004) como sendo o Ecological Footprint Method (Método da Pegada Ecológica), o Dashboard of Sustainability (Painel de Sustentabilidade) e o Barometer of Sustainability (Barômetro da Sustentabilidade).

Segundo o autor, o Método da Pegada Ecológica se propõe a calcular a área requerida por uma população para que a mesma possa se manter indefinidamente, com recursos naturais e energia suficientes e tendo seus resíduos e dejetos absorvidos. Já o Painel de Sustentabilidade trata da avaliação do desenvolvimento fazendo alusão a um painel de automóvel, em que três

mostradores mensuram a performance econômica, social e ambiental de um país, ou qualquer outra unidade de análise.

Por fim, o Barômetro da Sustentabilidade avalia o progresso em direção ao desenvolvimento sustentável através da combinação de indicadores biofísicos e de saúde social, que são apresentados graficamente para facilitar a compreensão e dar um quadro geral do estado do meio ambiente e da sociedade (VAN BELLEN, 2004).

Martins et al. (2006) utiliza um outro índice, o Índice de Sustentabilidade Ambiental – ISA –, na tentativa de integrá-lo ao IDH. O ISA, por sua vez, tem o intuito de comparar a habilidade de países na proteção do seu meio ambiente não apenas no tempo presente, mas também para as próximas décadas. Para demonstrar os aspectos ambientais do desenvolvimento humano, os autores elencam “[...] a escassez dos recursos naturais, as mudanças tecnológicas, os efeitos da poluição, os padrões de consumo e o atendimento de necessidades básicas das populações” (MARTINS et al., 2006, p. 2).

Pensar em desenvolvimento sustentável exige pensar primeiramente em condições sustentáveis de vida a nível individual. Se existem pessoas vivendo sem saneamento básico e sem serviço de coleta de lixo, como é o caso da grande maioria da população rural brasileira, o desenvolvimento sustentável deve começar por elas.

O ISA possui um total de 76 variáveis, no entanto, pela dificuldade de acessar tamanha complexidade de informações, índices como o ISA são extremamente difíceis de aplicar de maneira que seja possível comparar uma grande variedade de espaços.

Buscando englobar novas dimensões à avaliação do desenvolvimento, vários autores vêm criando novos índices, partindo da lógica do desenvolvimento rural como um processo “multinível, multiatores e multifacetado”, como colocam Ploeg et al. (2000).

O primeiro desses aspectos, segundo os autores, remete aos diversos níveis que o desenvolvimento precisa afetar: o nível global, das relações entre a agricultura e a sociedade; o nível intermediário, das interações regionais e locais; e o nível individual, de cada família rural. O segundo aspecto remete à diversidade de atores responsáveis pelo processo, espalhados pelas redes de relacionamentos em todos os níveis. O terceiro, por fim, remete às múltiplas funções do rural, não só como espaço de produção agrícola, mas como espaço de conservação da natureza, de administração da paisagem e de convivência social (PLOEG et al., 2000; KAGEYAMA, 2004).

Em 1991, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE – um conjunto básico de indicadores de desenvolvimento rural, para serem aplicados em seus países membros, cujas regiões foram classificadas em “predominantemente rurais”, “predominantemente urbanas” e “significativamente rurais”. Foram definidos indicadores demográficos, econômicos, sociais e ambientais (OCDE, 1996).

Como coloca Kageyama (2004), a obtenção de todos esses indicadores a nível regional, como proposto pela OCDE, só seria possível no Brasil através de um enorme esforço institucional. Sendo assim, a autora se inspirou nesse quadro para criar uma medida segundo ela mais factível ao caso brasileiro, o Índice de Desenvolvimento Rural – IDR –, utilizando dados do Censo Demográfico de 1991, informações desagregadas do Censo Demográfico de 2000 e dados do Censo Agropecuário de 1995-96, além de informações do Instituto de Economia Agrícola de São Paulo – IEA –, onde foi testado seu modelo.

Destaca-se, em comparação aos outros índices analisados, a incorporação de indicadores referentes a condições sanitárias e uso da terra e a expansão da dimensão econômica para além da renda *per capita*. Mas continua havendo a necessidade de expandir a noção da realidade que se espera captar de um índice de desenvolvimento, especialmente no que diz respeito a informações referentes à infraestrutura.

Em relação ao IDR, Kageyama (2004) admite que o intuito da elaboração do índice foi demonstrar como medidas desse tipo são viáveis e úteis para análises comparativas e para a elaboração de políticas públicas.

O grande entrave para a aplicação de índices que desviam da utilização de dados secundários se encontra nos esforços necessários para a coleta de informações. Para tanto, enormes esforços institucionais são primordiais, como a autora ressaltou, entretanto, esse fato não deve servir de desestímulo para a construção de novos índices. É exatamente para disseminar a importância de modificar a forma como a sociedade enxerga o desenvolvimento que trabalhos como este são feitos.

4. CONCLUSÕES

Para que seja possível avaliar o desenvolvimento de maneira fiel à realidade, é preciso levantar informações mais explícitas, como condições de habitação, acesso a água potável, segurança alimentar, acesso a trabalho, condições das vias, condições do acesso a serviços de educação e saúde, etc.

A utilização de dados primários, como proposto pela OCDE para a aplicação de seu modelo de desenvolvimento, parece ser a melhor saída para que os índices de desenvolvimento possam retratar melhor a realidade e direcionar de maneira mais explícita os projetos e políticas de desenvolvimento.

Por mais que a utilização de dados primários requeira enormes esforços institucionais, é exatamente para chamar a atenção das instituições de poder para a necessidade de um novo índice hegemônico de desenvolvimento que a pesquisa precisa seguir avançando nessa área.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Atlas. Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil. Rio de Janeiro: PNUD. IPEA, Fundação João Pinheiro, 2003.
- FAVARETO, A. S. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão-do agrário ao territorial**. 2006. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (2008). "Plantar pro gasto": a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 46, n. 2, p. 481-515.
- GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI, P. M. IDH, indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 7, n. 1, p. 73, 2005.
- KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 21, n. 3, p. 379-408, 2004.
- KANG, T. H. et al. O novo Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Novo Idese): aspectos metodológicos. **Textos para discussão FEE**, n. 127, 2014.
- MARTINS, A. R. P.; FERRAZ, F. T.; COSTA, M. M. Sustentabilidade ambiental como nova dimensão do Índice de Desenvolvimento Humano dos países. 2006.
- PLOEG, J. D. V. D. et al. Rural development: from practices and policies towards theory. **Sociologia ruralis**, v. 40, n. 4, p. 391-408, 2000.
- VAN BELLEN, H. M. Desenvolvimento sustentável: uma descrição das principais ferramentas de avaliação. **Ambiente & Sociedade**, v. 7, n. 1, p. 67-88, 2004.